

Anipes 10 anos: Função social, entraves e desafios

Cesar Vaz de Carvalho¹ *

Edmundo Sá Barreto Figueirôa² **

RESUMO

Este artigo aborda algumas das principais transformações econômicas, sociais e políticas que ocorreram no Brasil em finais do século passado e início deste, e que foram fundamentais para o surgimento da Associação Nacional das Instituições de Planejamento, Pesquisa e Estatística (Anipes). Discute a missão e função social da instituição nesta nova realidade e os entraves e desafios para a coordenação de trabalhos junto aos diversos institutos existentes, em parceria, principalmente, com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Instituto de Planejamento e Economia Aplicada (IPEA), na produção das estatísticas oficiais e dos necessários estudos e pesquisas nos estados e municípios brasileiros.

INTRODUÇÃO

A Anipes está comemorando 10 anos de existência oficial, embora, antes de sua oficialização, a instituição já funcionasse informalmente há pelo menos cinco anos. Ela se constitui em um elo fundamental na cadeia produtiva da produção e disseminação das estatísticas oficiais e dos estudos e pesquisas realizadas pelas instituições e órgãos estaduais e municipais de planejamento, pesquisa e estatísticas.

Sua missão é empreender ações para o fortalecimento institucional, técnico e tecnológico das entidades filiadas, dando apoio aos estudos, pesquisas e produção de suas informações, realizando as necessárias articulações com os principais representantes do sistema nacional de estatísticas do país, principalmente o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Nesse sentido, objetiva identificar e consolidar a produção e disseminação de informações e conhecimento, para as quais se torna indispensável a unicidade metodológica, a fim de propiciar a comparabilidade em âmbito nacional.

Cumprir esta missão é um gigantesco desafio, pois, além das questões da diversidade e do tamanho do país, existem diferenças entre os institutos filiados que vão desde suas específicas programações de trabalho a seus respectivos arcabouços institucionais. O tamanho e o fôlego operacional das instituições, a disponibilidade de recursos financeiros, humanos e tecnológicos e suas fronteiras territoriais de competência – nacional, estadual, regional e municipal – também são elementos que precisam ser harmonizados no empreendimento de projetos sinérgicos de cooperação institucional.

Nesse sentido, a implementação de trabalhos, em rede, com órgãos públicos requer, além de uma sistemática e efetiva coordenação, a identificação das possíveis características, não homogêneas, dos entes participantes. Tal fato exige a preparação de um arranjo institucional que possibilite conciliar, aglutinar e alicerçar todos os pontos comuns de interesses técnicos/científicos em prol da racionalização de processos. Dessa maneira reduz-se, substancialmente, a duplicidade de trabalhos, fato que concorre, invariavelmente, para o aumento dos gastos públicos. Portanto é pressuposto basilar da ação da Anipes a busca da efetiva articulação institucional, que se alia ao propósito da efetividade da ação e da aplicação de recursos, evitando-se desperdícios para o erário, em todas as esferas de governo.

1 * Economista e ex-presidente da ANIPES.

2 ** Economista da SEI.

Ensaio

Boletim Estatísticas Públicas • n. 5 • Salvador, novembro 2009

No Brasil dos últimos 50 anos, a produção das estatísticas oficiais e dos estudos e pesquisas e estatística apresentou dois momentos bastante distintos. O primeiro teve início nos anos 1960 e perdurou durante várias décadas sob a égide concentradora da geração de informações, até que tal modelo, em um processo sistemático, veio a apresentar seu maior nível de esgotamento no início da década de 1990. Nele predominava a centralização, na esfera federal, de todas as decisões a respeito de qual pesquisa e qual metodologia deveriam ser empregadas no sistema de estatística, assim como o momento e onde deveria ocorrer a alocação dos recursos públicos. O segundo se instala em outro cenário da vida nacional e tem início nos anos 1990, estendendo-se até os dias atuais. Neste a informação assume um papel fundamental, em todos os níveis da esfera decisória, seja em âmbito público ou privado, alterando processos, transformando espaços e exigindo um novo olhar e uma nova postura frente aos requerimentos da sociedade que se instrumentaliza e amplia a percepção de que informação é essencial à cidadania.

É nesse novo momento que a Anipes se insere. Nele predomina a descentralização e a necessidade de realização de trabalhos multidisciplinares e em rede, com cooperação e integração vertical e horizontal na produção das estatísticas, estudos e pesquisas entre os entes federativos, que acusam um aumento exponencial de suas demandas. Esse novo momento da organização social e econômica brasileira, juntamente com os avanços tecnológicos, vem impondo a necessidade de novas pesquisas e de uma nova forma de planejar e agir dos atores sociais, a exemplo de empresas, sindicatos, ONGs e governo.

No mundo globalizado, em que são incorporados novos paradigmas técnicos produtivos, as decisões tomadas no âmbito dos governos estadual e municipal passam a se tornam cada vez mais importantes para os desenvolvimentos. Dessa ma-

neira a informação, para estes recortes territoriais, exerce um papel fundamental no estabelecimento de novas estratégias de inserção competitiva. Esse redesenho de atribuições imposto pelos avanços de demandas regionais e locais de informação exige, como condição indispensável, novos saberes e habilidades por parte dos técnicos e a readaptação das estruturas organizacionais do trabalho. São postas na ordem do dia novas formas de integração, como a parceria, a descentralização de atividades e a cooperação. Todas essas transformações têm forte impacto sobre a governança dos sistemas de produção e disseminação, tanto das estatísticas oficiais, em âmbito federal, como dos estudos e pesquisas dos demais produtores de informações do Brasil. Diante da necessidade desses novos arranjos, torna-se imperiosa uma nova reorganização dos atuais institutos e a Anipes é fruto desta nova ordem, sendo um importante instrumento para catalização desse processo.

É importante salientar que, cada vez mais, o tema das informações econômicas, sociais, ambientais e culturais é amplamente debatido e assume a posição de elemento estratégico para o desenvolvimento de quaisquer atividades, sendo indispensável para o planejamento em qualquer âmbito territorial.

A criação da Anipes foi um passo fundamental para a discussão dessas questões, assim como para reflexões sobre o papel e o empreendimento de ações de integração das organizações, ampliando e melhorando o inter-relacionamento entre elas. Seu fortalecimento é de fundamental importância para a qualificação da produção das estatísticas oficiais, estudos e pesquisas no país, tendo em vista a demanda sistemática e crescente por informações regionalizadas para espaços subnacionais, nos quais se objetiva atender, com qualidade, comparabilidade e oportunidade, a crescente demanda por informações para todas as áreas do conhecimento, em segmentos os mais diversos.

Ensaio

Boletim Estatísticas Públicas • n. 5 • Salvador, novembro 2009

Este breve artigo busca discutir os entraves e desafios que encontra a Anipes, junto aos institutos filiados e ao IBGE e IPEA, para que possa cumprir sua missão. Pode-se, de antemão, afirmar que é perfeitamente possível o avanço para um processo altamente cooperativo com base em uma pauta mínima de trabalhos, em parceria, principalmente no segmento das estatísticas públicas e nos estudos e pesquisas, sem que os institutos percam suas particularidades e ampliem suas *expertises*.

O assunto é exposto em duas seções: na primeira são abordadas as condições econômicas, sociais e políticas que possibilitaram o surgimento e fortalecimento da Anipes e as novas tecnologias e o trabalho dessa Associação e das instituições a ela filiadas. Na segunda são discutidos e enfatizados os principais desafios da coordenação.

Contexto econômico e político: uma nova ordem e um novo sistema de produção das estatísticas públicas e dos estudos e pesquisas.

Uma nova ordem mundial, liderada pela chamada globalização, vem promovendo mudanças substantivas na geopolítica, no deslocamento de centros hegemônicos de decisão e nas relações sociais, em todas as esferas, seja de produção, de trabalho e nos diferentes aspectos da vida social, quer pública ou mesmo nas empresas privadas.

Esse processo é hoje comandado pela chamada “terceira revolução industrial”, resultante do desenvolvimento de forças produtivas que implementaram um novo paradigma tecnológico, especialmente baseado na microeletrônica e nos sistemas em rede, levando as ações humanas à integração, em “tempo real”, e impondo um redesenho e reestruturação do próprio capitalismo mundial.

Frente a essas mudanças, o estado, em todo o mundo, vem assumindo uma nova postura política e administrativa, empreendendo descentralizações, privatizações e buscando a modernização no aten-

dimento ao cidadão e em seu relacionamento com o setor privado e com toda a sociedade.

O Brasil se insere neste paradigma a partir do final do século XX e, como consequência, também vê instalada uma nova ordem econômica e social, diferente daquela existente durante a maior parte do século XX. Esta nova ordem imprimiu também mudanças estruturais no sistema de produção das estatísticas oficiais e na pauta de estudos e pesquisas desenvolvidos principalmente pelos institutos estaduais e municipais.

Nos últimos 20 anos ocorreram, no Brasil, várias mudanças de caráter estrutural. Elas foram sobremaneira importantes para a compreensão do surgimento e da necessidade de fortalecimento da Anipes. Vários foram os fatores relevantes para promover fortes mudanças. Eles foram decisivos para o estímulo e consequente aumento da demanda por estatísticas públicas e estudos e pesquisas em todos os níveis. Relacionadas a tais requerimentos estão as demandas por informações com recortes territoriais cada vez mais específicos (informações sobre bairros, distritos, regiões etc.); novas informações com maiores detalhes setoriais, que permitam a leitura e a compreensão de questões sociais cada vez mais específicas (gênero, cor, idade); informações hoje quase inexistentes e com pouca cobertura, a exemplo dos segmentos do meio ambiente e da cultura; demanda por novos indicadores geográficos e por informações cartográficas atualizadas; e informações de desempenhos econômicos, não somente macroeconômicos, mas com recortes micro, a exemplo das cadeias produtivas, APLs, *clusters*, entre outros.

Um avanço que anunciou e implementou transformações impactantes nas estratégias de comunicação, com base em soluções rápidas, eficientes e de baixo custo operacional refere-se à revolução no mundo tecnológico e digital. Ela é fundamental para que a Anipes possa identificar e conhecer a natureza, os processos e instrumentos de produ-

Ensaio

Boletim Estatísticas Públicas • n. 5 • Salvador, novembro 2009

ção e disseminação de informações em diversos institutos existentes no país. Ao utilizar o manancial de informações, agora disponível graças às novas tecnologias, torna-se possível, à Anipes, diagnosticar e buscar o caminho compartilhado para coordenar processos parceiros de produção e aproximar e harmonizar produtores e produtos, com o objetivo da racionalidade nas alocações de recursos de institutos/órgãos que ainda operam dispersos e sem grandes sinergias. Está-se falando das tecnologias de informação e comunicação, que contribuíram para que os trabalhos em rede, com participação e cooperação, se tornassem cada vez mais uma presente realidade, por reduzirem custos e melhorarem a qualidade e a confiabilidade das informações produzidas, a exemplo do Projeto de Contas Regionais, coordenado pelo IBGE e implementado nacionalmente e em parceria com órgãos das Unidades da Federação.

No campo das grandes, estruturantes e profundas transformações, merecem destaque, para o fim que se propõe este artigo, quatro importantes mudanças. Nesse sentido, aqui está sendo denominada de *primeira mudança*, aquela processada no modelo econômico e que surge após 15 anos de baixo crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e altíssima inflação existente no país.

Um novo modelo, de caráter neoliberal, começou a ser implementado no país com o Plano Collor I e se concretizou com o Plano Real, mantendo-se até os dias atuais, revelando, entre outras, as seguintes características:

- a economia deixa de ser fechada – caem tarifas alfandegárias, impostos e taxas são reduzidos e/ou eliminados, engendra-se um processo de desregulamentação, facilitando a integração internacional, seja para a cooperação técnica e/ou financeira. Essa nova integração abrange também os institutos de pesquisa, a Anipes e organismos internacionais;
- existência de um forte processo de privatizações – com a venda de estatais – o estado passa a ter que regular, via agências, passando a ser menos empresarial e mais regulador. Com essa nova feição há um aumento de demanda de informações por parte dos órgãos reguladores, assim como a disponibilização de outras, por eles geradas;
- o estado deixa de ser o generoso e principal provedor da dinâmica da acumulação capitalista. Agora o mercado passa a utilizar mais intensamente seus típicos instrumentos – fortalecimento do mercado de capitais como forma de capitalização e financiamento de empresas, aumento do crédito bancário privado tanto para consumo de famílias como de empresas e do governo. Abre-se um leque amplo e diferenciado nos processos e mecanismos de captação de recursos;
- ajuste fiscal e financeiro do estado em todas as suas esferas – federal, estadual e municipal. Leva a um enxugamento na “máquina” estatal e, como consequência, algumas instituições veem seus quadros diminuídos;
- a nova política macroeconômica implementada no país estabilizou a economia e possibilitou o planejamento de médio e longo prazos de famílias, empresas, governo e outras organizações sociais. Essa nova fase da vida econômica ampliou, especialmente na esfera pública, a necessidade de informações para o planejamento;
- criação de leis e normas regulatórias dos gastos e ações dos governos – Lei de Responsabilidade Fiscal, PPAs, Lei de Diretrizes Básicas etc. Aumenta a necessidade de informações para o sistema de planejamento, avaliação e acompanhamento dos programas e políticas do estado, em todas as suas esferas – municipal, estadual e federal –, objetivando seus respectivos enquadramentos nos ditames da nova Lei.

Ensaio

Boletim Estatísticas Públicas • n. 5 • Salvador, novembro 2009

Estas mudanças atingem o cerne da economia brasileira, provocando alterações nas funções desempenhadas pelas diversas regiões, espaços e territórios do país, assim como na ação e interação do estado com a sociedade. A informação passa, exponencialmente, a ser um bem de fundamental importância para a gestão e o planejamento do setor público. Os órgãos ligados à produção das estatísticas públicas, estudos e pesquisas ganham mais importância no país, em todas as esferas.

Para instâncias subnacionais, as possibilidades de investimentos e estratégias locais se abrem com a inserção global; isso tem rebatimentos na necessidade de um sistema de estatística moderno e confiável aos olhos dos financiadores e investidores estrangeiros e nacionais.

A formulação de estratégias competitivas de médio e longo prazos, nas economias local, regional, nacional e internacional, passa a assumir mais importância nas esferas subnacionais e, portanto, informações sob as formas de estatísticas públicas, estudos e pesquisas são indispensáveis a uma melhor capacidade de leitura e interpretação de suas potencialidades, dando maior embasamento e competitividade aos entes federativos.

Dentre as consequências desta nova ordem podem ser destacadas a estabilidade monetária, pós Plano Real e uma retomada na aceleração do crescimento da economia. Este duplo efeito trouxe para a ordem do dia a possibilidade e a necessidade de se revigorar o planejamento estratégico, tático e operacional, no seio das organizações, fazendo com que a gestão eficiente se torne ferramenta fundamental, especialmente no setor público.

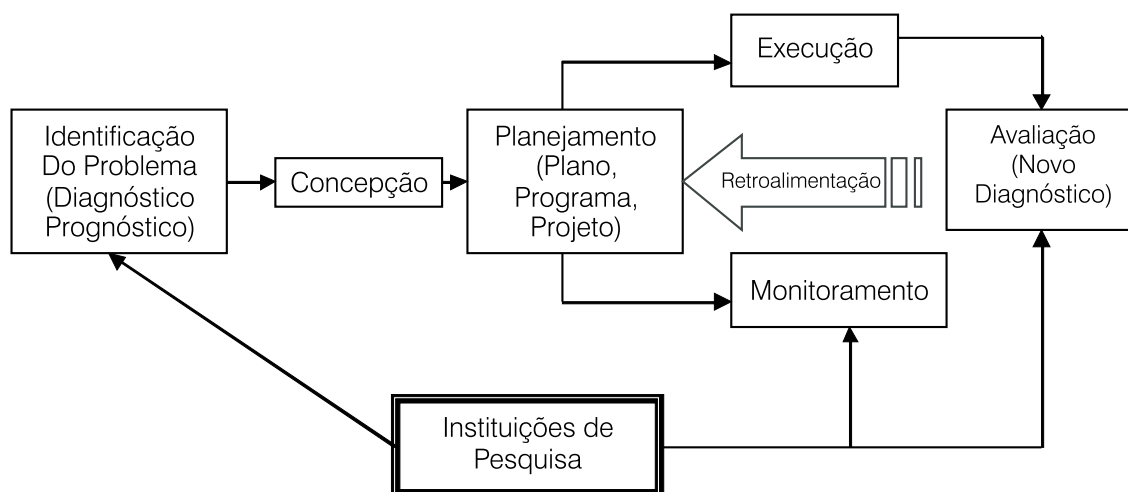
A elaboração de orçamentos, PPAs, Planos Diretores, entre outras peças da administração, é tarefa obrigatória e o gestor público, para sua elaboração, necessita de informações e conhecimento sobre a realidade presente e passada de estados, municípios e até de subespaços municipais. Nesse processo, um item merece destaque: a avaliação. Dentro do planejamento, o elemento avaliação vem assumindo papel relevante e sua execução exige das instituições de pesquisas e estatísticas diversas informações. Considerando-se que a avaliação pode ocorrer em níveis distintos no processo de planejamento, ou seja, em sua fase de elaboração, implementação e resultados, percebe-se que a demanda dirigida às instituições de pesquisas e estatísticas avança a passos largos, exigindo um amplo leque de informações para servir de subsídios, nem sempre disponível para uso. Nesse sentido, elas têm que estar estruturadas para realizar novas pesquisas diretas, seguindo todas as etapas indispensáveis à obtenção de resultados confiáveis.

O diagrama, a seguir, esboça diversos pontos nos quais devem estar inseridas as instituições de pesquisa e estatísticas, para atuar no fornecimento de informações para que os diversos agentes e atores sociais elaborem diagnósticos e prognósticos, diretrizes, planos programas e projetos e, assim, fundamentem suas decisões.

Ensaio

Boletim Estatísticas Públicas • n. 5 • Salvador, novembro 2009

Diagrama 1 – Arquitetura Básica do Planejamento e a Necessidade de Informações



Nessa nova realidade econômica, com maior abertura da economia, abrem-se também as possibilidades de financiamentos externos e internos para a execução de diversos estudos e projetos. Entretanto, ampliam-se, da mesma forma, os níveis de exigência, por parte dos financiadores, bem como de informações atualizadas sobre as especificidades dos espaços onde se pretende realizar a investigação e/ou intervenção.

A *segunda mudança* está associada às alterações nas funções do estado na sociedade e o crescente avanço da cidadania na vida nacional: o processo de democratização do país.

Acostumado, culturalmente, a um estado autoritário, fortemente hierarquizado e paternalista, vive-se hoje um momento ímpar – só comparado com os anos pós-guerra 1945-1964 – no qual a sociedade organizada vem colocando na agenda política um amplo leque de temas que fizeram também aumentar, em muito, a demanda por informações:

- questões sociais como pobreza, reforma agrária, sem-teto, sem-terra e violência;
- questões morais e éticas como a corrupção, o patrimonialismo, a relação entre bem público e bem privado;

- questões relativas às minorias, como cor, gênero, aspectos culturais etc.;
- elaboração de leis e normas, a exemplo dos diversos estatutos – criança e adolescente, idosos; a LOAS, dentre outras leis e diretrizes;
- questões de direitos humanos e ambientais – tratados e acordos internacionais – Kioto, Trabalho Decente etc.

Este novo momento político/econômico/social tem trazido mudanças na ação estatal, principalmente no que se refere às políticas sociais e de regulação. O aumento das demandas sociais e a exigência de controle por parte da sociedade, principalmente da imprensa, aumentam as demandas pelas estatísticas públicas e pelos estudos e pesquisas, principalmente, nas áreas social e ambiental. Mais uma vez a sociedade exige organismos mais atuantes e com credibilidade social para o atendimento a essas demandas.

A *terceira mudança* diz respeito à descentralização de atribuições federais para os estados e municípios. A descentralização andou junto com a redemocratização do país. Elas se retroalimentam e seus reflexos se tornam visíveis na reforma do Estado, em especial com a nova divisão de tarefas e responsabilidades entre as três esferas de governo.

Ensaio

Boletim Estatísticas Públicas • n. 5 • Salvador, novembro 2009

A Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 1988, conhecida como constituição cidadã, ampliou as atribuições dos entes federativos, transferindo-lhes maiores graus de responsabilidades e mais autonomia política e administrativa. Estes entes passaram a assumir novas e amplas funções na área social e na promoção do desenvolvimento econômico e ambiental de seus territórios de abrangência. Essa transferência de funções aumentou, especialmente na esfera municipal, a demanda por estatísticas e, no caso dos grandes centros urbanos, por estatísticas intramunicipais. Esse foi, portanto, mais um evento, agora de caráter constitucional, a pressionar as instituições responsáveis pela produção das estatísticas oficiais e pelos estudos e pesquisas, que são chamados a atender esta demanda.

Finalmente, a *quarta mudança* está associada ao mundo global e tecnológico. Volta-se o olhar para o atendimento das demandas, portanto, para a produção e disseminação de informações estatísticas e estudos e pesquisas. Nesse ponto, as instituições têm a seu favor o avanço das forças produtivas em decorrência do forte e maciço desenvolvimento tecnológico, principalmente das tecnologias de informação e comunicação (TIC). Essa revolução que se lastreia no ambiente informacional é o novo paradigma tecnológico. Ela vem colocando rapidamente no mercado novos instrumentos de trabalho, baseados em novas tecnologias. Vem transformando rotinas, processos, formas, conhecimentos, ferramentas de trabalho e de gestão, em especial no relacionamento com fornecedores e usuários de informações, entre as quais estão as estatísticas oficiais, estudos e pesquisas. Os novos instrumentos de trabalho, as diversas e avançadas configurações dos computadores, GPS, bancos de dados, a Internet, a comunicação instantânea, os *softwares* estatísticos, gráficos, entre outros, possibilitam o aumento da produtividade, redução no tempo de produção e disseminação de produtos/serviços.

Essa nova dinâmica, configurada por tais avanços, conduz à necessidade de novos e diferentes perfis profissionais e, por consequência, de implementação de uma nova cultura de trabalho, exigindo, em muitos casos, uma readequação de processos, incorporação e aperfeiçoamento constante e sistemático do corpo técnico das instituições, as quais devem se orientar por princípios básicos que são norteadores das estatísticas e indispensáveis à cultura institucional.

Para adquirir credibilidade é necessário que, no processo produtivo das estatísticas, as normas e regras de trabalho, *boas práticas*, passem significativamente a desempenhar um maior e mais relevante papel no desenvolvimento e cultura organizacionais. O caráter social e a natureza dos produtos oriundos dos trabalhos na área das estatísticas públicas são diferentes de outros realizados em diferentes campos de estudos e pesquisas, pois requerem a observância de um conjunto de princípios que, por seus propósitos, deveriam ser universalizados a todas as estatísticas geradas em todos os campos do conhecimento.

A produção das estatísticas públicas é um processo custoso, sistemático e minucioso. Além de mais caras, elas têm no IBGE o principal provedor de informações, que, constitucionalmente, é definido como o órgão coordenador do Sistema Estatístico Nacional, devendo ser elaboradas sob a obediência a regras e normas, muitas delas estipuladas com base nos Princípios Fundamentais das Estatísticas Oficiais definidos pela Organização das Nações Unidas (ONU).

As estatísticas devem ser produzidas e disseminadas, seguindo critérios centrados, entre outros, na garantia do sigilo, na imparcialidade da divulgação, na oportunidade e direito à informação e em sua confiabilidade e comparabilidade. Esses princípios devem nortear todos os trabalhos das instituições que lidam e produzem estatísticas oficiais. Para atingir tais objetivos, é fundamental que tenham,

entre outras características essenciais, a cultura de que a produção de estatísticas oficiais é uma função de estado e não de governo, e ainda estabilidade organizacional e longevidade institucional, para poderem gozar da imprescindível credibilidade junto aos diversos agentes sociais.

O Brasil é um país diverso e continental. Esta característica, por si só, enseja a necessidade de uma concertação de produtores de informação, em todos os níveis, visando à otimização dos recursos públicos. Nesse sentido, trabalhos coordenados metodologicamente e descentralizados em suas ações permitem leituras pormenorizadas de realidades distintas, melhorando a qualidade da informação e o entendimento das especificidades espaciais, econômicas, sociais e ambientais dos diversos espaços regionais.

São inúmeras as informações geradas nas três esferas de governo, além daquelas produzidas por diferentes agentes não governamentais. A sociedade precisa de informações, mas merece e está ávida por informações consistentes estatisticamente e que reflitam, com coerência e o máximo de precisão possível, os fenômenos que deseja estudar.

A dispersão e profusão de informações ocorrem não apenas no campo das estatísticas oficiais, mas também está relacionada à falta de padronização, uniformização, sistematização, crítica e consistência dos preciosos e diversos registros administrativos que, lamentavelmente, ainda são apenas minimamente aproveitados e transformados em estatísticas, não se explorando, de maneira plena, suas reais potencialidades.

É nesse ambiente que se insere a Anipes, empreendendo ações em prol do fortalecimento e integração institucional de suas filiadas, buscando ampliar e sedimentar seu papel de coordenação, pactuada, integrada e participativa, dos interesses comuns dos diversos institutos na geração e disseminação de informações.

PRINCIPAIS DESAFIOS DA ANIPES

Embora a informação agora flua em altíssima velocidade e em escala planetária, surgem algumas dificuldades na atuação da Anipes, que assumem novos contornos e certas especificidades operacionais. A realização dos trabalhos, dada a ampla gama de diversificadas demandas, tende a exigir equipes multidisciplinares, necessitando ser executado por profissionais das mais diferentes áreas. Isso implica não só em mudança cultural, mas também em uma adaptabilidade às mudanças que alteram a natureza estrutural na forma de produzir das instituições, bem como na forma de se relacionar externamente. As possibilidades de trabalho em rede, via computadores, e a integração entre dados espaciais e dados alfanuméricos são apenas alguns exemplos deste processo, em face dos estágios tecnológicos das instituições afiliadas.

Essa nova instrumentalização tecnológica traz, portanto, um novo desafio que é o de atender às crescentes demandas, utilizando e aproveitando o máximo dos atuais padrões advindos e impulsionados pelas Tecnologias de Informação e Comunicação em um ambiente funcional que não apresenta um padrão homogêneo.

Um moderno padrão requer um novo olhar para a identificação, planejamento, sistematização e coordenação de trabalhos em rede. As várias instituições atuantes neste país, que é continental e diverso, se aproximam virtualmente, mas mantêm traços culturais, estruturais, administrativos e jurídicos diferentes. Essa tarefa de encontrar o amálgama adequado para uni-las sob um arranjo institucional que amplie e dissemine conhecimentos e tecnologias passa também por estimular as equipes técnicas, com especialidades e saberes diferenciados, para que compartilhem ideias e busquem um entrosamento que estimule o processo de criação e seu compartilhamento, mesmo com estruturas informacionais diferenciadas.

Ensaio

Boletim Estatísticas Públicas • n. 5 • Salvador, novembro 2009

Projetos executados sob a égide da integração e cooperação possibilitam uma alta transferência de conhecimentos com um baixo custo operacional. Os equipamentos, que antes tinham, entre outras funcionalidades, a de automatizar tarefas, passam a ser indispensáveis na comunicação, para que se possa, agilmente, discutir metodologias, disponibilizar bases de dados, enfim, lidar com informações das mais variadas maneiras e configurações. Elas permitem, por exemplo, a criação de espaços virtuais em que os institutos possam interagir livremente, em qualquer local e a qualquer hora. Permitem a criação de fóruns de discussão e videoconferências, internalizam a cultura da solidariedade e cooperação, estimulam trabalhos em rede, identificam problemas e buscam soluções comuns e de *benchmarking* entre os diversos institutos.

Vencer os desafios que se apresentam na integração de trabalhos e instituições com diferentes níveis tecnológicos é uma tarefa contínua da Anipes, pois as parcerias e a realização de trabalhos com unicidade metodológica permitem leituras comparáveis, espacialmente amplas e com novos recortes. Buscar, por exemplo, preencher as lacunas deixadas pela falta de informações sobre determinados temas, evitar a redundância de trabalhos em áreas exaustivamente estudadas coíbe o desperdício de recursos. Por outro lado, a captação de recursos para o financiamento de projetos com densidade técnica/científica e estruturado harmonicamente em rede apresenta vantagens, não só pela maior credibilidade, mas, também, pela maior possibilidade de obtenção dos recursos, dada a maior força institucional e a maior racionalidade em sua alocação.

As dificuldades na coordenação e montagem de um plano de ação conjunta começam justamente quando se observa a natureza dos trabalhos de cada instituição. Cada uma delas possui prioridades para suas linhas de trabalho, ficando, muitas vezes, suscetíveis a descontinuidades e mudanças de rumo,

em geral ditadas pelos governantes ou ao sabor de questões políticas, especialmente aqueles que não internalizaram a ideia de que informação é dever do estado e um direito inalienável do cidadão. Nesse sentido, principalmente pela falta de autonomia de várias instituições, as alternâncias dos poderes locais levam, muitas vezes, a mudanças equivocadas na estrutura funcional das organizações, com reduções e/ou cortes orçamentários, interrompe séries estatísticas, paralisa estudos, desmonta equipes técnicas já treinadas.

A necessidade de mecanismos legais que possibilitem a garantia orçamentária de um fluxo específico, contínuo e permanente de recursos para os institutos é, portanto, um aspecto crucial à estabilidade organizacional, a suas especializações e à produção contínua e ininterrupta de séries estatísticas, projetos, estudos e pesquisas indispensáveis a uma eficiente gestão governamental, enriquecendo também o debate político.

Tais situações impedem a longevidade das instituições, produzem um retrocesso irreparável na geração de conhecimentos e diminui a credibilidade e estabilidade dos institutos, dificultando sobremaneira a tarefa de coordenação da Anipes.

Outro aspecto relevante e que também cria dificuldades à ação da Anipes na montagem de um arranjo institucional, especialmente em relação aos acordos e repasses de verbas, é o fato de que as instituições possuem as mais diversas constituições jurídicas e administrativas. Algumas são fundações, outras autarquias, outras empresas, outras fazem parte da administração direta. Essa profusão de arcabouços jurídicos revela a falta de uma diretriz, de caráter nacional, portanto, replicada nos ambientes regionais, que coloque a geração das estatísticas, pelo menos as oficiais, no *status* de efetiva função de estado, dado que são o esteio fundamental e indispensável ao processo de planejamento das ações de qualquer governo.

Ensaio

Boletim Estatísticas Públicas • n. 5 • Salvador, novembro 2009

A comemoração dos dez anos da associação é um marco, mas é também um momento de reflexão, que deve ser compartilhada com os diversos institutos, como uma maneira de se buscar o fio condutor para um processo concertado de ações que reforcem o princípio da cooperação.

Diversos entraves vêm sendo gradativamente superados, mas ainda há muito trabalho pela frente e ele depende, para maior racionalidade, não somente da legitimidade da Anipes, mas, também, de legislação que promova a estabilidade institucional, a governança coordenada e participativa que não se restringe, unicamente, à atuação da Anipes, sendo necessária uma nova leitura sobre o efetivo desenho de um Sistema Estatístico Nacional.

FONTES CONSULTADAS

FIGUEIRÔA, Edmundo Sá Barreto. Contas Regionais: uma experiência de trabalho em rede. **Bahia Análise&Dados**, Salvador, v. 15, n. 1, p. 35-40, jun. 2005.

JANNUZZI, Paulo de Martino; Gracioso, Luciana de Souza. Produção e disseminação da informação estatística. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 12, n. 4, p. 105-112, out./dez. 1998.

_____. Informação econômica no sistema estatístico brasileiro. **Bahia Análise&Dados**, Salvador, v. 15, n. 1, p. 75-90, jun. 2005.

SENRA, Nelson. Um sistema estatístico para e pela federação – uma incursão na sociologia das estatísticas. **Bahia Análise&Dados**, Salvador, v. 15, n. 1, p. 121-131, jun. 2005.

_____. **O saber e o poder das estatísticas**: uma história das relações estatísticas com os Estados Nacionais e com as ciências. Rio de Janeiro: IBGE, Centro de Documentação e Disseminação de Informações, 2005. Estudos&Análises n. 1.

VAZ DE CARVALHO JR., Cesar et al. Informação, Planejamento, Cidadania e Desafios do Sistema Estatístico Nacional. **Bahia Análise&Dados** Salvador. V. 15 n.1, p. 55 - 66. Junho 2005.

ZILHÃO, M. João; CLODE, Teresa. Sistemas Estatísticos e a Gestão de Qualidade no Instituto Nacional de Estatística de Portugal. **Bahia Análise&Dados**, Salvador, v. 15, n. 1, p. 65-75, jun. 2005.